



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES,
PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL



Resultado

Informativo Parlamentar

Nº 05

Ano 2017

Período: 06 a 10 de março

SUMÁRIO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	3
Notícias.....	3
Plenário	3
COMISSÃO EXTERNA sobre a Construção da Ferrovia Nova Transnordestina	4
COMISSÃO EXTERNA sobre a Fiscalização da Concessionária ECO 101 – BR 101/ES.....	4
COMISSÃO ESPECIAL sobre a Destinação de Recursos da CIDE.....	5
Frente Parlamentar Mista de Engenharia, Infraestrutura e Desenvolvimento Nacional.....	5
Proposições Apresentadas	6
Discursos Proferidos	7

SENADO FEDERAL	11
Notícias.....	11
Plenário	11
COMISSÃO PERMANENTE	
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	12
Proposições Apresentadas	12
Discursos Proferidos	13

CONGRESSO NACIONAL	16
Notícias.....	16
Comissões Mistas	18



Notícias

Comissões permanentes elegem presidentes e vices na próxima quarta

Partidos e blocos elegem, na próxima quarta-feira (15), os presidentes e vice-presidentes das 25 comissões permanentes da Câmara dos Deputados. A regra segue o critério da proporcionalidade partidária e os maiores partidos ou blocos têm preferência na escolha. Os maiores grupos escolhem primeiro as comissões. Normalmente o colegiado mais disputado é a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

[Leia a íntegra](#)

Reforma vai reorganizar a Previdência, avalia Rodrigo Maia

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, voltou a destacar a importância da aprovação da reforma da Previdência. Segundo ele, a proposta do governo não é dura e não corta direitos, apenas garante o pagamento dos salários, das aposentadorias e das pensões dos trabalhadores no futuro.

[Leia a íntegra](#)

Plenário

SESSÃO ORDINÁRIA EM 07/03/2017 - TERÇA-FEIRA, ÀS 14h

ORDEM DO DIA

MATÉRIA SOBRE A MESA

VI - [Recurso nº 188/2016](#) - Autor: Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ) - Recorre ao Plenário, nos termos do art. 141, contra decisão do Presidente da Câmara dos Deputados no Requerimento nº 5.388/16, para que se atribua à Comissão de Direitos Humanos e Minorias a análise do mérito da matéria contida no PDC nº 118/2015.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Não deliberado devido ao encerramento da sessão.

VII – [Recurso nº 189/2016](#) - Autor: Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ) - Recorre ao Plenário, nos termos do art. 141, contra decisão do Presidente da Câmara dos Deputados no Requerimento nº 5.389/2016, para que se atribua à Comissão de Direitos Humanos e Minorias a análise do mérito da matéria contida no PDC nº 119/2015.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Não deliberado devido ao encerramento da sessão.

URGÊNCIA

(Art. 151, I, "j", do Regimento Interno)

Discussão

08) [Projeto de Decreto Legislativo nº 424-B-2016](#) – Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 424-A, de 2016, que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, assinado em Brasília, em 19 de março de 2011; tendo parecer da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Edinho Bez); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela

constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Osmar Serraglio). (NT 62 e NT 64).

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: 07 e 08/03 - Matéria não apreciada devido ao encerramento da Sessão.
09/03 - Retirado de pauta, de ofício.

Comissões Externas

CONSTRUÇÃO DA FERROVIA NOVA TRANSNORDESTINA Coordenador: Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) Local: Tribunal de Contas da União

REUNIÃO EM 07/03/2017 – TERÇA-FEIRA, ÀS 10h30

Assunto: Reunião com o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Raimundo Carreiro.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Reunião realizada com presença dos deputados Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) e Júlio César (PSD/PI) a respeito da solicitação desta Comissão Externa em relação ao Acórdão do TCU nº 2759/2016.

FISCALIZAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA ECO 101 - BR 101/ES

Coordenador: Deputado Marcus Antônio Vicente (PP/ES)
Local: Rua Antônio Rodrigues Siqueira, n.º 01 - Anexo à Igreja Católica - Bairro Ribeira, Viana/ES.

REUNIÃO DE TRABALHO EM 06/03/2017 – SEGUNDA-FEIRA, ÀS 19h

Tema: Obras de Reforma e Ampliação do Posto de Pesagem de Veículos de Viana/ES.

Requerimento nº 18/2016 – Aatoria do Deputado Evair Vieira de Melo (PV/ES).

Participantes:

- Deputado Evair Vieira de Melo (PV/ES);
- Representante dos moradores do bairro Ribeira, Wanderson Fantin de Assis;
- Prefeito do município de Viana, Gilson Daniel Batista;
- Representante da ANTT, Rodrigo Lacerda;
- Representantes da ECO 101, Roberto Paulo Hanke (Diretor-Superintendente) e/ou Everton Souza (Gerente De Engenharia);
- Superintendente do IBAMA no Espírito Santo – Substituto, Gustavo Castro Athayde;
- Representante da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP);
- Paulo Ruy Valim Carnelli (Secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas) e/ou Luciene Maria Becacici Esteves Viana (Subsecretária de Mobilidade Urbana).

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Reunião realizada.

FISCALIZAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA ECO 101 - BR 101/ES

Coordenador: Deputado Marcus Antônio Vicente (PP/ES)
Local: Sala de Reuniões das Comissões Especiais - Anexo II, Sala 165.

REUNIÃO INTERNA EM 07/03/2017 – TERÇA-FEIRA, ÀS 14h30

Finalidade: Reunião Interna para apresentação da síntese dos trabalhos da Comissão.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Reunião realizada.

FISCALIZAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA ECO 101 - BR 101/ES

Coordenador: Marcus Antônio Vicente (PP/ES)

Local: Anexo II, Plenário 16.

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 08/03/2017 – QUARTA-FEIRA, ÀS 14h30

01) Requerimento nº 20/2017 – Autor: Deputado Marcus Vicente (PP/ES) - "Requer a realização de audiência pública para discutir o andamento das obras e intervenções futuras programadas no Programa de Exploração Rodoviária da BR-101/ES, com representante da ANTT e ECO 101, respectivamente, nas datas de 21 de março e de 29 de março do ano de 2017".

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: **Aprovado.**

Comissão Especial

PEC 159/2007, DESTINAÇÃO DE RECURSOS DA CIDE

Presidente: Deputado André Fufuca (PEN/MA)

Local: Plenário 08 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 07/03/2017 – TERÇA-FEIRA, ÀS 14h

Finalidade: Apresentação, discussão e votação do parecer do relator, deputado Mário Negromonte Jr (PP/BA), à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 159/2007, que altera a redação do § 4º do art.177 da Constituição Federal, destinando recursos da Cide-combustíveis para o financiamento de projetos de mitigação dos impactos socioambientais negativos decorrentes da produção de biocombustíveis.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: **Cancelada devido à falta de quórum.**

FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE ENGENHARIA, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Coordenador: Deputado Ronaldo Lessa (PDT/AL)

Local: Plenário 10, Anexo II

REUNIÃO DE AUDIÊNCIA EM 09/03/17 – QUINTA-FEIRA, ÀS 9h30

Tema: Tratar sobre a Malha Ferroviária do Brasil.

Participantes:

- Jean Mafra dos Reis – Coordenador de Projetos Especiais da Superintendência de Infraestrutura e Transportes Ferroviários de Carga da ANTT;
- José Manoel – Presidente da FerroFrente e Representante do Movimento Tarifa Justa;
- Clarice Soraggi – Presidente da FAEF (Federação das Associações de Engenheiros Ferroviários) e Diretora da FNE (Federação Nacional dos Engenheiros);
- Fernando Paes – Diretor Executivo da ANTF (Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários).

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a audiência.

Resultado: **Reunião realizada.**

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Indicações

[INC 3105/2017](#) - Autor: Deputado Leo de Brito (PT/AC) - 08/03/2017 - Sugere ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que encaminhe à Empresa Brasileira da Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, solicitação para que esta requeira a Receita Federal do Brasil - RFB a abertura de Posto Alfandegário no Aeroporto de Cruzeiro do Sul, com vistas à abertura de voos internacionais oriundos do Peru.

[INC 3099/2017](#) - Autor: Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA) - 08/03/2017 - Requer que sejam realizadas obras de recuperação da BR-420 (entre a BR-101 e BR-116) que liga as cidades de Laje e Jaguaquara, no estado da Bahia.

[INC 3098/2017](#) - Autor: Deputado Weliton Prado (PMB/MG) - 08/03/2017 - Sugere ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Michel Temer as providências urgentes com vistas a retomar as obras de pavimentação da BR-154, no trecho entre as cidades de Ituiutaba e Campina Verde, no Pontal do Triângulo.

Projeto de Decreto Legislativo

[PDC 591/2017](#) - Autor: Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ) - 07/03/2017 - Sustenta o artigo 13 da Resolução nº 400 da Agência Nacional de Aviação, de 13 de dezembro de 2016, que define as condições gerais de transporte aéreo.

Projeto de Lei

[PL 7063/2017](#) – Origem PLS 472/12 - Autor: Senado Federal – Senador Antonio Carlos Valadares - PSB/SE - 08/03/2017 - Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas, celebrados por Estados, pelo Distrito Federal e por Municípios.

Requerimentos

[REQ 21/2017 CEXBR101](#) - Autor: Deputado Sérgio Vidigal (PDT/ES) - 08/03/2017 - Requer a realização de Fórum de Debates a ocorrer no município da Serra, no Estado do Espírito Santo, visando discutir o desequilíbrio econômico-financeiro e problemas observados nas fiscalizações do Tribunal de Contas da União em contratos de concessão de rodovia, no contrato da BR- 101/ES.

[REQ 20/2017 CEXBR101 => REQ 3181/2015](#) - Autor: Deputado Marcus Vicente (PP/ES) - 07/03/2017 - Requer a realização de audiência pública para discutir o andamento das obras e intervenções futuras programadas no Programa de Exploração Rodoviária da BR-101/ES, com representante da ANTT e ECO 101, respectivamente, nas datas de 21 de março e de 29 de março do ano de 2017.

[REQ 6010/2017 => PL 6691/2016](#) - Autor: Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ) - 08/03/17 - Requer a urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 6691/2016 que proíbe a cobrança de tarifas extras, pelas empresas aéreas, para bagagens de passageiros.

Substitutivo

[SBT 1 PEC15907 => PEC 159/2007](#) – Autor: Deputado Mário Negromonte Jr. (PP/BA) - 07/03/2017 - Altera a redação do § 4º do art.177 da Constituição Federal.

DISCURSOS PROFERIDOS



Deputado Angelim (PT/AC) - 07/03/17 - Sr. Presidente, quero aqui registrar o meu protesto contra a resolução da ANAC que autoriza as empresas aéreas a fazer **cobrança de bagagens despachadas** e não cobra nenhuma contrapartida dessas empresas, ou seja, as tarifas aéreas que estarão exorbitantes, continuarão altas e essas empresas prestarão, cada vez mais, um péssimo serviço.

[Leia a íntegra](#)



Deputado Marcus Vicente (Bloco/PP/ES) – 07/03/17 - Presidente, quero só comunicar à Casa que o Tribunal de Contas da União acolheu a denúncia feita pela Comissão Externa de Fiscalização da Concessionária ECO 101 - BR 101/ES da Câmara dos Deputados relativa à duplicação da BR-101 no Espírito Santo. Com isso, agora, nós vamos avançar. O cronograma de duplicação da rodovia está extremamente atrasado.

[Leia a íntegra](#)



Deputado Edinho Bez (PMDB/SC) – 07/03/17 - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de deputado federal, pelo sexto mandato consecutivo, membro de diversas comissões desta Casa, entre elas há mais de 12 anos na Comissão de Viação e Transporte, relator da Subcomissão de Portos e Vias Navegáveis, coordenador de Portos e Vias Navegáveis no Congresso Nacional, uso esta tribuna para falar sobre a divulgação dos números que retratam o desempenho do setor aquaviário brasileiro.

[Leia a íntegra](#)



Deputado Zé Geraldo (PT/PA) – 07/03/17 - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje novamente eu ouvi num jornal da Globo, falar dos atoleiros nas rodovias do Pará e do Amapá, que ligam ao Oiapoque. Não há outra alternativa a não ser atoleiro, se não asfaltam as rodovias de chão, por onde passam carretas de 60, 70, 80 toneladas, até porque as rodovias não têm balança e nenhum regulamento. Se depois de 40 anos não asfaltam a rodovia, só pode resultar nesse desespero e prejuízo com os carros atolados e o povo sofrendo.

[Leia a íntegra](#)



Deputado Rubens Pereira Júnior (PCdoB/MA) – 07/03/17 - O Porto do Itaqui é um caso à parte. Ele merece os nossos aplausos, porque antes, Deputado Weverton Rocha, era apenas uma acomodação de aliados políticos. Agora, no Governo Flávio Dino, a realidade é diferente. A fila de espera no porto era imensa, gigantesca — e é o prazo curto que representa lucratividade para as empresas que ali operam. As empresas perdiam dias com produtos parados ali. Agora, a realidade é outra. Há um aumento no volume de cargas, apesar de toda a crise, da estiagem, do problema que tivemos com a soja e do problema nas estradas. Há um processo de modernização e profissionalização na EMAP — Empresa Maranhense de Administração Portuária tão exitosa que algumas aves de mau agouro já começaram a falar em federalizar o porto. Quando o porto era deficitário, ninguém falava nada. Agora que o porto tem 700 milhões de reais para investir em 2017, recursos da EMAP, estão falando em federalizar o porto.



Deputado Zé Geraldo (PT/PA) – 07/03/17 - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem neste momento, eu quero mais uma vez registrar aqui a minha indignação com a morosidade que o Governo Federal tem tido para solucionar a trafegabilidade, com chuva ou sol, das principais rodovias da Amazônia abertas há mais de 40 anos.

[Leia a íntegra](#)



Deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA) – 07/03/17 - Sr. Presidente, eu queria mais uma vez registrar as cenas dantescas e trágicas da BR-163 — a Rodovia Santarém-Cuiabá — a que todo o Brasil assistiu. A Rodovia Santarém-Cuiabá e a Transamazônica, como foi dito aqui, foram pensadas há 40 anos como duas vias para integrar o Brasil e principalmente a Amazônia. Mas, lamentavelmente, estas cenas se repetem praticamente há 40 anos.

[Leia a íntegra](#)



Deputado Felipe Bornier (Bloco/PROS/RJ) – 08/03/17 - Gostaria de destacar ainda que o Aeroporto Internacional Tom Jobim, o Galeão, um dos mais importantes aeroportos do País, localizado no meu estado, o Rio de Janeiro, vai trocar de nome temporariamente. De hoje a 17 de março o aeroporto recebe o nome de “Aeroporto Internacional Maria da Penha”, em homenagem ao maior símbolo nacional de luta contra a violência às mulheres brasileiras.

[Leia a íntegra](#)



Deputado Evair Vieira de Melo (PV/ES) – 08/03/17 - Sras. e Srs. Deputados, o Estado do Espírito Santo é cortado pela BR-101. A obra de duplicação foi mal iniciada no processo de licitação. Os trechos mais polêmicos e complicados não estavam no projeto original, e a obra começou com um monte de irregularidades.

[Leia a íntegra](#)



Deputado Roberto Balestra (Bloco/PP/GO) – 08/03/17 - As expectativas são boas, devemos ter uma safra recorde neste ano, mas ainda enfrentamos o gargalo da infraestrutura, que emperrou nos últimos dias o transporte de grãos para os portos do Norte, por exemplo. Em um país com problemas como o nosso, mesmo quando as notícias são boas, ainda temos muito pelo que brigar. Contem comigo para isso.

[Leia a íntegra](#)



Deputada Carmen Zanotto (PPS/SC) – 08/03/17 - Nós precisamos aprovar a urgência e o PDC que trata da cobrança das bagagens. Sra. Presidente, isso não vai baixar o valor da passagem. Discutimos no Colégio de Líderes e quero fazer um apelo aqui. Como a vigência será a partir do dia 14, sugiro que consigamos um acordo para votar a urgência e o mérito. Se não conseguirmos isso, por favor, peço que o Ministro dos Transportes discuta com a ANAC e determine a prorrogação desse prazo, para que possamos votar. Depois que iniciarem a cobrança, ela continuará existindo. Não estamos em condições de aumentar nada. A passagem aérea já é um horror de cara e agora vamos ter que pagar pela bagagem? Quem mais vai pagar essa conta é a mulher que leva a bagagem dos seus bebês e filhos pequenos. Sra. Presidente, quero fazer um apelo ao Ministro, para que, por favor, discuta com a sua equipe e revogue essa decisão, para que não tenhamos essa cobrança a partir da semana que vem, caso contrário este Plenário vai derrubar, sim, essa iniciativa da ANAC de cobrança das bagagens.



Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) - 08/03/17 - Mas o que me traz a esta tribuna é para tratar de um assunto que já foi trazido por outros companheiros. **Trata-se da intenção criminosa das empresas aéreas quererem cobrar pela bagagem**, acrescentando ao preço da passagem. Isso é um absurdo!

[Leia a íntegra](#)



Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) – 08/03/17 - Hoje, no Colégio de Líderes, ficou claro que só o PR não quer votar esse projeto. Toda a base, todos os partidos querem votá-lo. E nós estamos muito preocupados com isso, e não é só por conta dos nordestinos.

[Leia a íntegra](#)



Deputado José Carlos Aleluia (DEM/BA) – 08/03/17 - Quero externar mais uma voz afinada com o meu Líder, que, na reunião de Líderes, se manifestou favorável à derrubada dessa **absurda resolução da Agência Nacional de Aviação Civil — ANAC.**

[Leia a íntegra](#)



Deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS) – 08/03/17 - Eu venho à tribuna, Presidente, para pedir, permita-me, que esta Casa aprove o **Projeto de Decreto Legislativo 578, de 2016**, que susta a resolução da ANAC sobre a questão das bagagens.

[Leia a íntegra](#)



Deputado Lúcio Mosquini (PMDB/RO) – 08/03/17 - Aproveito a oportunidade para informar, Deputada, que hoje nós tivemos uma importante audiência na SAC — Secretaria de Aviação Civil. Foi anunciado o convênio para construção do aeroporto de Ariquemes. É uma importante notícia para a grande região do Vale do Jamari. Com certeza, nós divulgaremos mais ações. Mas o mais importante neste momento é informar a toda a comunidade do Vale do Jamari que Ariquemes terá um aeroporto regional.

[Leia a íntegra](#)



Deputado José Airton Cirilo (PT/CE) – 08/03/17 - Quero também fazer o registro de uma importante audiência que a bancada do Ceará teve como o **Ministro dos Transportes**, ocasião em que tratamos, primeiro, da conclusão e ampliação do Aeroporto de Juazeiro do Norte, que é o aeroporto que mais cresce no País.

[Leia a íntegra](#)



Deputado Angelim (PT/AC) – 09/03/17 - Solicitação ao Presidente da Casa, Deputado Rodrigo Maia, de votação do **Projeto de Decreto Legislativo nº 578 de 2016**, sobre a sustação de resolução da Agência Nacional de Aviação Civil — ANAC relativa à **cobrança por bagagem despachada no transporte aéreo.**

[Leia a íntegra](#)



Deputado Celso Pansera (PMDB/RJ) – 09/03/17 - **Repúdio à resolução da Agência Nacional de Aviação Civil — ANAC relativa à cobrança do transporte de bagagens por companhias aéreas.** Necessidade de aprovação do projeto de resolução sobre sustação da medida.

[Leia a íntegra](#)



Deputado Marcos Reategui (PSD/AP) – 09/03/17 - Regozijo com apoio do Governo Federal à retomada das obras de construção de ponte entre os Estados do Amapá e Pará e de pavimentação de trecho da BR-156, entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa.

[Leia a íntegra](#)



Deputado Heitor Schuch (PSB/RS) – 09/03/17 - Solidariedade a cidadãos participantes de manifestação contra proposta de instalação de pedágios em trecho da BR-386 no Estado do Rio Grande do Sul.

[Leia a íntegra](#)



Notícias

Comissões permanentes recebem indicações de membros e já podem iniciar os trabalhos

As comissões permanentes do Senado já têm membros suficientes para iniciarem seus trabalhos no ano de 2017. Nesta quinta-feira (9), os líderes partidários nomearam os representantes das bancadas em cada um dos 12 colegiados que ainda não estavam instalados. As eleições dos presidentes das comissões devem ocorrer a partir da próxima terça-feira (14).

[Leia a íntegra](#)

Wellington Fagundes defende aprovação de medida provisória que acelera obras de infraestrutura

O senador Wellington Fagundes (PR/MT) defendeu nesta quinta-feira (9) a aprovação da medida provisória (MPV) 752/2016, que trata da prorrogação e relicitação dos contratos de parceria no setor de infraestrutura. Para ele, o texto pode dar celeridade e segurança jurídica às concessões inseridas no Programa de Parcerias de Investimentos, o PPI. Wellington Fagundes disse que a falta de logística vivida pelo Brasil é responsabilidade de todos os governante.

Ele também reclamou da dificuldade para construir e manter em funcionamento rodovias que passem por reservas ambientais. — A BR-158 é uma estrada tronco da região do Araguaia, do Estado de Mato Grosso, que é uma nova fronteira agrícola. E o nosso escoamento dessa produção vai exatamente para o Pará. Lá, através da Ferrovia Norte-Sul ou chegando até o Porto de Itaqui, no Maranhão — afirmou.

Além disso, o senador disse que a falta de estrutura na BR-163, no trecho entre Mato Grosso e Pará, só será resolvida por meio de trabalho conjunto entre as bancadas dos dois estados, “independentemente de cor partidária”. — A responsabilidade é de todos nós, homens públicos eleitos pelo voto de confiança da população, como eu sempre tenho dito. O voto é uma confiança que o eleitor deposita no político. E a única forma que a gente tem para retribuir essa confiança é o trabalho.

Fonte: Agência Senado.

Plenário

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 07/03/2017 – TERÇA-FEIRA, ÀS 14h

ORDEM DO DIA

(Votação, em primeiro turno)

03) [Proposta de Emenda à Constituição nº 111/2015](#) - Autor: Senador Renan Calheiros (PMDB/AL) e outros - Altera o art. 62, § 1º, da Constituição Federal, que dispõe sobre as vedações à edição de medidas provisórias (veda edição de MP que gerem desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos).

Parecer sob nº 11, de 2017, de Plenário, em substituição à CCJ, Relator Senador Romero Jucá, favorável, nos termos da Emenda nº 2-Plen (Substitutivo).

[Avulso do parecer](#)

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 22 de outubro de 2015, com parecer da ANTT favorável a matéria.

Resultado: Não deliberada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Presidente: Senador Edson Lobão (PMDB/MA)

Local: Plenário 3 – Ala Senador Alexandre Costa

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 08/03/2017 - QUARTA-FEIRA, ÀS 10h

03) [Projeto de Lei do Senado nº 401/2013](#) – Autor: Senador Aloysio Nunes (PSDB/SP) - Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental. - **TERMINATIVO**

Relator: Senador Antônio Anastasia (PSDB/MG).

Relatório: [Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta.](#)

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Votação nominal

ASPAR – MT: VALEC favorável com sugestões. Encaminhado Ofício ao DNIT, em 21 de junho de 2016, por sugestão da Assessoria Socioambiental, pendente de resposta. Encaminhado novamente ao DNIT, em 13 de fevereiro de 2017.

Resultado: Adiado.

10) [Projeto de Lei do Senado nº 447/2012](#) – Autor: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) - Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica. - **TERMINATIVO**

Relatoria: Senador José Pimentel (PT/CE).

Relatório: [Pela aprovação do Projeto.](#)

Observações: - Votação nominal

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 03 de junho de 2016, com parecer do DNIT contrário à matéria.

Resultado: Adiado.

20) [Projeto de Lei da Câmara nº 109/2011 \(PL 1508/2007, na origem\)](#) – Autor: Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ) - Obriga a criação de unidade do PROCON nos aeroportos brasileiros, e dá outras providências. - **NÃO TERMINATIVO**

Relator: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC).

Relatório: [Pela aprovação do Projeto.](#)

Observações: a matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa.

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 13 de fevereiro de 2017, com parecer da INFRAERO contrário à matéria.

Resultado: Adiado.

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Requerimento de Informação

[REQ 106/2017](#) – Autor: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN) - Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, informações sobre notícia veiculada pela imprensa, no dia 9 de março de 2017, de que a pista do Aeroporto Internacional de Natal — Governador Aluizio Alves está com graves problemas e deverá ser fechada em breve para passar por uma reforma estrutural.

DISCURSOS PROFERIDOS



filas infindáveis de caminhões e de carretas sem poderem transportar a soja, o milho, a produção.

Autor: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) - 06/03/2017 - Nós sempre soubemos que as nossas BRs, as nossas rodovias federais tiveram problemas, algumas mais e outras menos. Avançamos bastante, não o desejado, o esperado nas duplicações, nas concessões, porque o novo Governo promete lançar programas de concessões de rodovias, de ferrovias, de portos e aeroportos. Tudo isso é muito importante, mas nós precisamos de algumas emergências. Todos acompanharam nos últimos dias a situação da BR-163, que liga o Mato Grosso ao Pará: o caos, o desperdício, o prejuízo e

[Leia a íntegra](#)



usando o transporte aéreo. Fiz uma fala na reunião de Líderes, pedi ao Presidente Eunício e ao Colegiado de Líderes que possam intervir imediatamente, porque acho que assim eu cumpro o meu papel de Senador, de usuário desse serviço, por necessidade. Acabei de chegar, depois de uma noite não dormida no Acre, a Brasília. É um voo de cinco horas e meia, porque são duas horas de fuso. Sai de lá meia-noite e pouco e chega aqui às 6h da manhã. Toda semana faço isso. São milhões de brasileiros que necessitam desse serviço não como luxo, para passeio, mas como um direito, num País continental como o nosso.

[Leia a íntegra](#)



Autor: Senador Ivo Cassol (PP/RO) – 07/03/2017 - Temos trechos de obras iguais ao trecho de Pimenta Bueno a Vilhena: um pedaço de Pimenta Bueno praticamente acabado, o trecho que vai de Pimenta Bueno para Ouro Preto, para Jaru, para Porto Velho. O trecho, Senador Wellington, saindo de Cuiabá e indo até a divisa de Rondônia é um paraíso, mas quando chega ao Estado de Rondônia é uma tristeza. Alguns até dizem o seguinte: "E o que a Bancada de Rondônia faz?" Nós trabalhamos unidos, trabalhamos integrados, independentes de cor partidária. Mas, infelizmente, o que nós não podemos aceitar mais é uma empresa de "malas" igual àquela empresa que pegou a obra de Pimenta Bueno até a cidade de Ouro Preto. A qualidade foi zero. O engenheiro daquela empresa, numa fiscalização de fizemos, disse o seguinte: "Baixamos a qualidade e, mesmo mantendo a manutenção, ainda conseguimos ter um lucro maior". É isso o que temos de banir, é isso o que o DNIT, o que o Ministério dos Transportes precisa banir o quanto antes, para que a gente possa ter estradas de qualidade, diminuir custos e diminuir o risco que temos na BR-364. Portanto, quero pedir ao Diretor Geral do DNIT, ao **Ministro dos Transportes** e a toda aquela equipe que, respeitando a lei, atrepele aqueles que querem inviabilizar e, ao mesmo tempo, coloque como inadimplentes, como incapazes, essas empresas que, muitas vezes, diminuem em 30%, 40% uma obra, e a população, naquela localidade, só vai ficar na vontade e no sonho, porque o sonho acaba virando pesadelo e a obra não acontece.

[Leia a íntegra](#)



Autor: Senador Wellington Fagundes (PR/MT) – 07/03/2017 - Senador Ivo Cassol, como V. Ex^a acaba de colocar, reconhecendo que as estradas no Mato Grosso melhoraram muito, realmente as nossas estradas federais melhoraram muito. Mas, para nós todos da Amazônia, interessa que nós tenhamos a ponta final do escoamento, assim como a BR-158, a divisa do Mato Grosso com o Pará, na região do Araguaia. Lutamos muito para ter a sua conclusão, porque ela tinha todo o asfaltamento no Pará, mas faltava a

conclusão por parte do Mato Grosso. Da mesma forma é a questão da 163, lá no Estado do Pará até o Porto de Miritituba. Como nós acabamos de ver, há poucos dias mais de 5 mil caminhões, de uma hora para outra, saíram da produção. Essa carga saiu da produção por quê? V. Exª aqui observava a questão do armazenamento. E este é um ponto que eu gostaria de destacar: além de melhorarmos as nossas estradas, de construirmos as nossas estradas, devemos buscar outras alternativas, como as hidrovias, que são o meio mais barato, construir realmente ferrovias, porque, infelizmente, nós diminuimos, nesses últimos 40, 50 anos, a quilometragem de ferrovias funcionando no Brasil.

[Leia a íntegra](#)



Autor: Senador Ivo Cassol (PP/RO) – 07/03/2017 - Portanto, Petecão, o teu Estado, o Estado do Acre, com o asfalto do jeito que eu te falei, da nossa BR-364... É inaceitável, com tudo o que foi investido: chega uma época dessas e a estrada já se desmanchou! Nós estamos nos quatro cantos deste País. Vou passar a palavra em breve para V. Exª. Então, portanto, aqui eu quero fazer um pedido especial para o DNIT, para o **Ministro dos Transportes**, especialmente para que reforce, e que a equipe do DNIT consiga fazer a licitação desses trechos da BR-364 para que a gente possa solucionar de vez a qualidade da nossa rodovia. Na segunda-feira estará presente no nosso Estado – vai estar no Acre também, Petecão – o Senador que é colega nosso, amigo nosso, um dos maiores produtores de soja do mundo e um grande empresário e empreendedor, e que ao mesmo tempo é o Ministro da Agricultura. Vai estar em Porto Velho, num encontro com os nossos prefeitos, os nossos secretários de agricultura, com o governo do Estado, para que a gente possa fazer e trabalhar e buscar na agricultura do agronegócio a esperança de dias melhores para a nossa Nação.

[Leia a íntegra](#)



Autor: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC) – 07/03/2017 - Na verdade, eu queria parabenizá-lo pela tua fala, V. Exª que já tem a experiência, foi governador e conhece a nossa região como poucos. Quando você se refere à BR-364, é o trecho que corta o Estado de Rondônia, mas nós temos uma situação lá no Acre que é a BR que vai até a divisa com o Peru, vai até o Município de Cruzeiro do Sul. E esse trecho de Sena Madureira até Cruzeiro do Sul eu diria ao senhor que hoje está entre as piores estradas do Brasil, e, segundo as informações que nós estamos levantando, já foram gastos aí mais de R\$2 bilhões. Eu estou falando de R\$2 bilhões! Agora, como nós estamos no inverno, a nossa estrada está praticamente intrafegável. A estrada está derretendo, e é uma estrada que sequer foi inaugurada.

[Leia a íntegra](#)



Autor: Senador Wellington Fagundes (PR/MT) – 09/03/2017 - Todos sabem que hoje o grande gargalo que todos nós vivemos é a questão da infraestrutura da logística do Brasil. E eu quero aqui também falar como Presidente da Frente Parlamentar de Logística dos Transportes e Armazenagem. É oportuno que esteja aqui o nosso companheiro Senador Paulo Rocha, porque, há poucos dias, nós tivemos um problema seriíssimo lá na BR-163. E o Senador Paulo Rocha sabe do nosso trabalho conjunto da Bancada de Mato Grosso, junto com a Bancada do Pará, no sentido de melhorar essa questão da nossa infraestrutura. E aqui eu quero dizer, Sr. Presidente, que a BR-158, que era, de um modo geral, ainda tem um espaço, um problema lá que é da Reserva Marãiwatsédé, essa BR funciona, já existe no Mato Grosso há mais de 40, 50 anos. Foi criada uma reserva em cima da rodovia, e isso tem impedido que a gente possa concluir toda a BR-158, que no Pará já estava pronta há muito tempo. Mas principalmente o trecho de Vila Rica até a divisa do Pará, com muito trabalho conseguimos concluir. Agora no final do ano passado, estivemos lá com **o Ministro dos Transportes** para inaugurar esse trecho.

[Leia a íntegra](#)



Autor: Senador Élmano Férrer (PMDB/PI) – 09/03/2017 - O Piauí está produzindo naquela região quase 4 milhões de toneladas de grãos, ao tempo em que, se temos esses resultados positivos, alvissareiros na região dos cerrados, no Piauí também, de outra parte, nós temos graves, gravíssimos problemas relacionados a recursos hídricos e abastecimento de água em

muitos Municípios na região semiárida do Estado do Piauí. Enquanto nós temos uma produção de 3,5 milhões a 4 milhões de toneladas de grãos, nós temos também seriíssimos problemas relacionados ao escoamento daquela produção, ou seja, a BR-135, que no passado não muito distante, 40 anos atrás, era uma PI, a PI-4. Hoje, é a BR-135, ainda com as características técnicas de uma PI, ou seja, de uma rodovia com todas as especificações técnicas de uma estrada estadual, hoje uma estrada federal que, depois de 40 anos, ainda continua com as especificações técnicas de uma estrada estadual. Ou seja, o que é que nós observamos hoje? A cada semana, dois, três, quatro graves acidentes quando se cruzam aquelas carretas bitrens de alta tonelagem escoando grãos, muitas vezes, cruzando com fertilizantes para a região do Cerrado com gravíssimos acidentes com mortes altíssimas e prejuízos também. inaugurar esse trecho.

[Leia a íntegra](#)



Representante de concessionárias de rodovias critica MP das Concessões

O presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), César Borges, assinalou nesta quinta-feira (9) que a MP das Concessões (752/16) não viabilizará as obras nos cerca de cinco mil quilômetros de rodovias cujos contratos foram assinados a partir de 2013 como parte do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Borges participou de audiência pública promovida pela comissão mista que analisa a medida provisória. A MP 752/16 estabelece diretrizes para a prorrogação e a relicitação dos contratos de concessão de aeroportos, rodovias e ferrovias que não estejam sendo cumpridos ou quando a concessionária não demonstre capacidade de arcar com as obrigações assumidas.

A entidade que representa as empresas que administram rodovias alega que as concessões foram afetadas pela retração econômica. Ele criticou a proposta do governo de permitir uma rescisão amigável dos contratos

Para César Borges, a relicitação das concessões de rodovias não resolve os problemas dos contratos e paralisa os investimentos em obras. Borges também criticou a proibição aos acionistas das atuais concessões de participar das novas licitações, o que, segundo ele, fere a garantia constitucional de igualdade de condições para participação em concorrências.

Insegurança

O presidente da ABCR argumentou ainda que a MP 752 não esclarece qual será a fórmula de cálculo da indenização para as concessionárias cujos contratos não estejam sendo adequadamente cumpridos. “Da forma como está, a MP 752 causará enorme insegurança jurídica”, afirmou Borges.

Ele acrescentou que a medida provisória não atende aos objetivos e às necessidades de melhoria das rodovias. “A MP não é solução porque dificilmente alguém vai entrar num acordo se não souber sequer como vai ser feita a indenização”, disse.

O governo garante que a MP vai aumentar a credibilidade do processo de licitação no Brasil e criar condições para mais investimentos, com aumento da concorrência.

Segundo o secretário Especial do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), Adalberto Santos de Vasconcelos, a chamada relicitação é uma alternativa à caducidade das concessões. São comuns as queixas de que os contratos em vigor não atendem às necessidades dos usuários das rodovias. “A relicitação é uma possibilidade de minimizar os efeitos da falta de prestação e de o usuário ter logo esses serviços”, argumentou Vasconcelos.

O assessor do diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Marcelo Cardoso Fonseca, concordou: “É um processo que procura trazer uma solução menos traumática dentro da legalidade”, afirmou.

Diante da posição da entidade que representa as rodovias administradas pela iniciativa privada, parlamentares estudam promover mudanças no texto.

O relator da matéria, deputado Sérgio Souza (PMDB-PR), considerou o debate produtivo. “O texto não está fechado. A sugestão do Poder Executivo passa agora pelo crivo do Legislativo, que pode promover mudanças”, ponderou.

Destruir obras

Para a senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), é urgente encontrar uma solução para destravar obras de revitalização de rodovias. Ela observou que milhares de pessoas morrem nas estradas em razão de problemas como falta de manutenção e demora na duplicação de pistas.

Outros parlamentares como o senador Wellington Fagundes (PR-MT) destacaram que a atual malha rodoviária precisa ser melhorada para facilitar o escoamento da produção agrícola.

O vice-presidente da comissão, deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), avaliou que a discussão sobre as concessões também passa pela aprovação de uma proposta que agilize a emissão de licenças ambientais.

O debate foi transmitido pela internet. A íntegra encontra-se no Portal [e-Cidadania](#).

Encontros

A audiência pública desta quinta-feira (9) foi o terceiro encontro sobre o tema. A quarta audiência será em 15 de março.

Fonte: Agência Câmara.

Governo quer manter modelo de pagamento das atuais concessionárias de aeroportos

Representantes do governo federal defenderam nesta quarta-feira (8), em audiência pública de comissão mista no Senado, que o texto da Medida Provisória [752/16](#) não seja usado para revisar o modelo de pagamento de outorgas das atuais concessionárias de aeroportos do País.

O Palácio do Planalto entende que não há necessidade de tratar dessas regras em nova lei. “O que se está buscando é uma solução dentro do próprio Executivo, conversando com as concessionárias e com a agência reguladora [Agência Nacional de Aviação Civil - Anac]”, disse a gerente de projetos do Ministério dos Transportes, Fabiana Todesco.

A MP 752/16 permite a prorrogação e a relicitação de contratos de concessão nos setores aeroportuário, rodoviário e ferroviário. As regras são restritas aos empreendimentos federais que fazem parte do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), criado pela Lei [13.334/16](#).

Efeitos da crise

Por outro lado, o presidente da Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos (Aneaa), Jorge Jardim Filho, argumentou que os efeitos da crise financeira vêm dificultando o pagamento das outorgas.

“Tivemos queda de 7,8% no volume de passageiros em 2016, e a oferta de assentos recuou 5,9%”, disse Jardim Filho, que representou na reunião as administradoras de aeroportos já privatizados: Brasília (DF), Guarulhos (SP), Galeão (RJ), Confins (MG) e Viracopos (SP).

A Aneaa quer incluir na MP emenda que assegure o pagamento das outorgas nos mesmos moldes dos leilões anunciados pelo governo na terça-feira (7) para os aeroportos de Fortaleza, Salvador, Porto Alegre e Florianópolis. De acordo com o anúncio, esses contratos terão parcelas de outorga menores nos primeiros anos de concessão.

“Sugerimos que o pagamento da outorga não seja linear, que se pague menos por alguns anos, sem alterar valor total ou prazo de outorga, para equacionar cerca de R\$ 4 bilhões investidos em três anos”, defendeu Jardim Filho.

Relator da MP 752/16, o deputado Sérgio Souza (PMDB-PR) preferiu não adiantar detalhes do relatório que pretende apresentar até o fim de março. Souza, no entanto, observou que o período de recessão por que passa o País é inegável e que é preciso estudar o assunto para garantir o equilíbrio no pagamento de outorgas entre atuais e futuros concessionários.

Saúde da Infraero

Superintendente de assuntos regulatórios e societários da Infraero, Alexandre Canedo aproveitou a audiência para propor que o texto da MP garanta uma compensação do governo por mais quatro aeroportos que a empresa deixará de administrar.

Segundo Canedo, a Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária) precisará readequar seu quadro de pessoal, arcando com os custos do desligamento de mais 1.252 funcionários.

Em relação à Infraero, Fabiana Todesco disse que as novas concessionárias deverão repassar R\$ 334 milhões para que a Infraero possa custear os desligamentos. “O governo sempre se preocupou com a saúde da Infraero”, disse Todesco.

Relicitações

Por fim, o deputado Sérgio Souza ainda questionou por que os atuais concessionários de aeroportos ficarão, conforme a MP, impedidos de participar das relicitações: “Isso não seria uma espécie de tratamento diferenciado que prejudica quem já participou de uma licitação anterior?”, indagou Souza, dirigindo-se ao Secretário Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Adalberto de Vasconcelos, que também participou da audiência pública para debater os impactos da medida provisória no setor aeroportuário.

Os deputados Sâguas Morais (PT-MT) e Domingos Sávio (PSDB-MG) também questionaram esse ponto. Para eles, somente empresas que comprovadamente deixaram de cumprir o contrato ou agiram de forma inidônea deveriam ficar de fora das novas licitações.

Ao prestar esclarecimentos, Vasconcelos disse que a relicitação só será aplicada se houver descumprimento do contrato. “Não podemos aceitar que a relicitação seja usada como forma de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ou como forma de conseguir benefícios contratuais”, argumentou.

Novas audiências

Nesta quinta-feira (9), a comissão mista que analisa a MP 756/16 vai debater o transporte rodoviário e, no dia 15, o transporte ferroviário.

Fonte: Agência Câmara.

Comissões Mistas

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 752/2016

Presidente: Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO).

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7.

AUDIÊNCIA PÚBLICA EM 08/03/2017 – QUARTA-FEIRA, ÀS 14h

Assunto/Finalidade: 3ª reunião da Comissão para debater a Medida Provisória nº 752/2016, que dispõe sobre diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria.

Vice-Presidente: Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG);

Relator: Deputado Sérgio Souza (PMDB/PR);

Relator Revisor: Senador Wilder Morais (PP/GO).

Observações: Transmissão ao vivo e participação popular em <http://senado.leg.br/ecidadania> -

Participantes:

- Adalberto Santos de Vasconcelos - secretário especial do PPI da Secretaria-Geral da Presidência da República; [Apresentação 08.03.2017](#)
- Jorge de Moraes Jardim Filho - presidente da Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos – ANEAA; [Apresentação 08.03.17](#)

- Fabiana Todesco - gerente de Projetos do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (representante do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil); e,
- Alexandre Canedo - Superintendente de Assuntos Regulatórios e Societários da INFRAERO (representante da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO).

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a audiência pública.

Resultado: Audiência Pública realizada.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 752/2016

Presidente: Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO).

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6.

AUDIÊNCIA PÚBLICA EM 09/03/2017– QUINTA-FEIRA, ÀS 09h

Assunto / Finalidade: 4ª Reunião para debater a Medida Provisória nº 752/2016, que dispõe sobre diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria.

Vice-Presidente: Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG);

Relator: Deputado Sérgio Souza (PMDB/PR);

Relator Revisor: Senador Wilder Moraes (PP/GO).

Observações: Transmissão ao vivo e participação popular em <http://senado.leg.br/ecidadania>.

Participantes:

- César Augusto Rabello Borges - presidente da Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias – ABCR; [Apresentação 09.03.2017](#)
- Adalberto Santos de Vasconcelos - secretário Especial do PPI da Secretaria-Geral da Presidência da República; [Apresentação 09.03.2017](#)
- **Anderson Moreno Luz - coordenador-geral da Secretaria de Fomento do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;**
- Luiz Fernando Ururahy de Souza - secretário de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e Aeroportuária do Tribunal de Contas da União – TCU; [Apresentação 09.03.2017](#)
- **Marcelo Cardoso Fonseca - assessor da Diretoria-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.** [Apresentação 09.03.2017](#)

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a audiência pública.

Resultado: Audiência Pública realizada.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 758/2016

Presidente: Senador Paulo Rocha (PT/PA)

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

REUNIÃO EM 07/03/2017 - TERÇA-FEIRA, ÀS 15h30

Assunto / Finalidade: 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 758/2016, que altera os limites do Parque Nacional do jamanxim e da Área De Proteção Ambiental do Tapajós. **Instalação da Comissão e eleição de presidente e vice-presidente.**

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Instalada a Comissão, foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, o Senador Paulo Rocha (PT/PA) e o Deputado Zé Geraldo (PT/PA), e designado Relator o Deputado José Reinaldo (PSB/MA).

Obs; A pedido da Assessoria Socioambiental, a fim de favorecer a análise da matéria, esta ASPAR providenciou, junto ao Ministério do Meio Ambiente, os arquivos em formato "SHAPEFILE" das emendas apresentadas à MP 758/2016.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 762/2016

Presidente: Senador Wellington Fagundes (PR/MT)
Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

REUNIÃO EM 08/03/2017- QUARTA-FEIRA, ÀS 14h40

Assunto / Finalidade: 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 762/2016, que "altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para prorrogar o prazo de vigência da não incidência do adicional ao frete para renovação da marinha mercante - AFRMM previsto no art. 17 da lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997."

Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente.

Presidente: Senador Wellington Fagundes (PR/MT); e,

Vice-Presidente: Deputado João Paulo Papa (PSDB/SP).

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Instalada a Comissão, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o Senador Wellington Fagundes (PR/MT) e o Deputado João Paulo Papa (PSDB/SP), e designados Relator e Relator-Revisor, respectivamente, o Deputado Felipe Maia (DEN/RN) e o Senador Tasso Jereissati ((PSDB/CE).

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 767/2016

Presidente: Deputado Jones Martins (PMDB/RS)
Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

REUNIÃO EM 08/03/2017- QUARTA-FEIRA, ÀS 15h30

Assunto / Finalidade: 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 767, adotada em 6 de janeiro de 2017, que "altera a lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social, e a lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória da carreira de perito médico previdenciário e da carreira de supervisor médico-pericial, e institui o bônus especial de desempenho institucional por perícia médica em benefícios por incapacidade". **Instalação da Comissão e Eleição de presidente e vice-presidente.**

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Instalada a Comissão, foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, o Deputado Jones Martins (PMDB/RS) e o Senador Lasier Martins (PSD/RS), e designados Relator e Relator-Revisor, respectivamente, o Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE) e o Deputado Leonardo Quintão (PMDB/MG).

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 768/2016

Presidente: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)
Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

REUNIÃO EM 08/03/2017 - QUARTA-FEIRA, ÀS 15h40

Assunto / Finalidade: 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 768/2017, que "cria a Secretaria-Geral da Presidência da República e o Ministério dos Direitos Humanos, altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências". **Instalação da Comissão e Eleição de presidente e vice-presidente.**

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Instalada a Comissão, foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, o Senador Antônio Anastasia (PSDB/MG) e a Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), e designado relator o Deputado Cleber Verde (PRB/MA).